



APT - Avaliação Final

ANÁLISE INTERNA

FORÇAS (S)	FRAQUEZAS (W)
O PLPPDCJ de Grândola, ou APT – Abrigo para Todos, como passou a ser designado, foi implementado até ao final 2023. Os órgãos do poder local de Grândola, através de apresentação em sessão pública de Assembleia Municipal, reconheceram a importância do APT e da sua implementação/concretização. Todas as entidades públicas e privadas e com responsabilidade em matéria de infância e juventude acolheram com entusiasmo o APT e a equipa de trabalho. Durante a implementação do PLPPDCJ, constatou-se que todas as entidades têm como objetivo a promoção e defesa dos direitos das crianças e jovens ao seu cuidado. No ano letivo 2023/2024, planeou-se a sua concretização por via formal e informal: foram contactadas 30 entidades com o objetivo de verterem numa Matriz de Planeamento Global (concelho), o seu Planeamento Individual. AMICICLO, APG, CAFAP, CENFIM, CMG [Clds 4G, (Em) Raiz'artes, Estúdio Jovem] CPCJ, JFGSMS (Ludoteca), EPDRG/PES, Príncipezinho, ULSLA/UCC Grândola e Pais em Rede enviaram dados.	Apenas 36,6% das entidades responderam aos quesitos da Matriz de Planeamento Global, o que corresponde a 11 Entidades. As restantes 19 entidades que não contribuíram, nunca recusaram responder, mas depois de sucessivos contactos o tempo foi-se esgotando, o que coincidiu com o término do ano letivo. A grande maioria tem e funciona com planos de atividades anuais e estabelece parcerias à medida das ações que desenvolvem, no entanto denota-se a falta de um planeamento a médio ou longo prazo e a inexistência de uma estratégia para a infância e juventude, promotora da capacitação das entidades para recorrerem a fundos que agilizem a melhoria do cumprimento dos direitos das crianças e jovens do Concelho. O objetivo do APT, de agregar e articular as ações realizadas no Concelho, por todas as entidades com responsabilidade em matéria de infância e juventude, com a participação de todos os intervenientes, incluindo as próprias crianças e jovens, não foi atingido.



APT – Avaliação Final

ANÁLISE EXTERNA

OPORTUNIDADES (O)	AMEAÇAS (T)
A criação do Núcleo Local de Garantia para a infância de Grândola, no âmbito da Rede Social, poderá e tenderá a ser uma oportunidade futura de dar continuidade ao trabalho iniciado e já desenvolvido pelo APT. Promoção de ações de “<i>Team Building</i>” social (ex: “DRDR-Reinventate”) que estimulem o trabalho em equipa, interno e/ou externo, que por sua vez facilitam o estabelecimento de parcerias robustas e sustentáveis. Promoção de ações sobre a estratégia para a infância e juventude e sobre o seu planeamento a média e longo prazo, dirigidas a todas entidades do Concelho de Grândola, que têm direta ou indiretamente responsabilidades na promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens deste território.	Instabilidade política, económica e social, nacional, europeia e internacional terão sempre influência nas decisões dos estados quanto às diretrizes prioritárias a definir e respetivas dotações financeiras. Os órgãos do poder local, muito dependentes de diretivas emanadas pelos diferentes Ministérios, se não tiverem o Planeamento em matéria de infância e juventude bem estruturado e com uma equipa coesa e liderança forte, sofrerão sempre o impacto com o lançamento de novos Planos/Projetos. Se o APT não for prioritário para a autarquia como Plano Local, no sentido de ser uma alavanca para a defesa e promoção dos Direitos das crianças e jovens de Grândola e um aglutinador de respostas a criar para este vasto grupo-alvo, ficará secundarizado ou até esquecido. Ter sido em vão todo o empenho demonstrado pelas pessoas envolvidas no processo que levou ao APT (CNPPDCJ, CPCJ Local/equipa de coordenação do projeto, docentes, elementos das associações, pais, crianças e jovens), tendo este decorrido (maioritariamente) em tempos de pandemia Covid-19.